

Dossiê do Campo de Públicas 2019

Public Field Special Number

Prezados leitoras, Prezados Leitores,

O presente momento político e social no Brasil é nitidamente desafiador. As tensões deixaram a esfera da crise econômica e atingiram de forma transversal o contexto político e social. Nesse momento, mais do que a recuperação da economia e do vigor do mercado, parte dos brasileiros deseja o retorno dos bons tempos em que apontávamos positivamente para um cenário de consolidação da democracia.

O cenário requer reflexões inúmeras. O funcionamento das instituições e poderes nacionais, bem como os resultados das políticas públicas e ações estatais denotam dificuldades e retrocessos: o velho e o novo; o tradicional e o moderno se apresentam em uma convivência aparentemente harmônica que traduz para nós uma sensação de um Brasil estático, ao mesmo tempo, apático frente aos desafios mencionados. A esfera social, nesse quadro, espelha o dissenso. A polarização política partidária transborda para todos os setores da sociedade brasileira e o tão esperado dissenso da democracia, que constrói, que é salutar para um Estado forte democraticamente fica cada vez mais distante da Gestão Pública, inviabilizando a unidade necessária a uma nação: a unidade que, a despeito das diferenças de perspectivas e de posições, convergem rumo ao desenvolvimento (pautado no ideal da igualdade material) e ao fortalecimento dos ideais democráticos.

A presente edição da Revista NAU Social objetiva fornecer subsídios para a análise desta conjuntura. Trata-se de um conjunto rico de artigos que exploram um dos aspectos mais essenciais que caracterizam e diferenciam o Campo de Públicas: a diversidade, reconhecida e denominada, por vezes, na esfera acadêmica, como multidisciplinaridade.

Este vasto Campo, por sua vez, congrega estudos e profissionais voltados à investigação do Estado, do Governo, da Administração Pública, das Políticas Públicas, da Gestão Pública, da Gestão Social e da Gestão de Políticas Públicas. Ao mesmo tempo em que se fundamenta nos conhecimentos gerados em áreas como Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Economia, Direito e Sociologia permite o diálogo e a prática concreta voltados ao ethos republicano e democrático, que norteia a formação como pressuposto para a construção de uma ética profissional que expresse a responsabilidade pela coisa pública e a defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado.

Os artigos selecionados foram resultantes do debate realizado durante do III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, ocorrido no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal/RN), no ano de 2019. O evento recepcionou debates frutíferos sob o reconhecimento de que, no ano de 2019, o Brasil inaugurou um novo ciclo político, após décadas de consolidação da democracia e de avanços nas políticas sociais e de promoção da cidadania. Assim, diante dos múltiplos desafios que se apresentam nos contextos político, econômico e social, nos próximos anos, constituirá tarefa central do Campo de Públicas sua análise e avaliação, bem como a construção de propostas para enfrentamento dos desafios históricos e dos que se colocarão para a gestão do Estado Brasileiro.

Tal evento representa o encontro entre os diversos saberes que formam o Campo e contribuem com os ideais de sua consolidação, iniciada em um contexto favorável de transformações da esfera estatal brasileira, e que ora se vê diante de constrangimentos à manutenção do papel dos agentes governamentais como indutores do desenvolvimento econômico e social e da sua crescente profissionalização. Diante de tal quadro, o III ENEPCP voltou seus olhares ao tema Democracia no século XXI e os desafios para a Gestão Pública e os artigos recepcionados pela NAU Social sintetizam e cristalizam os debates construídos no referido evento.

Encontramos inquietações e reflexões que dialogam diretamente com o contexto de desafios inicialmente indicado neste editorial. Desse modo, o debate em torno do aprofundamento e consolidação das estruturas e canais de participação social, transparência e controle social ganham destaque como forma de engendrar meios de resgate do espírito público e do ideal de igualdade que deve permear a democracia.

A seção **Novos Territórios** proporciona o início das reflexões. No artigo “Corrupção, transparência e CGU: analisando o contexto para a implementação do direito de acesso à informação”, Murilo Borsio Bataglia e Ana Claudia Farranha buscam compreender em que medida a transparência, considerada como o acesso à informação, auxilia no combate à corrupção. Nessa toada, Victor Barcelos Ferreira, Flávia de Paula Duque Brasil e Bruno Lazzarotti Diniz Costa discutem “Democracia deliberativa, capital social e coprodução de serviços públicos: potenciais e desafios na construção da sinergia Estado-sociedade”. Os autores analisam as potencialidades e desafios da implementação de modelos de governança (empowered participatory governance) que ao mesmo tempo em que delega à sociedade a tomada de decisão, contribui com o empoderamento de atores para nas decisões políticas que poderão afetá-los de forma direta.

A análise de políticas públicas, igualmente, fortaleceu o debate, destacando, no seio do Campo de Públicas, a luta pela garantia e pela apropriação de direitos, bem como o usufruto de direitos individuais e coletivos. Ana Paula Antunes Martins e Raquel Madureira de Araújo, em “Casa da Mulher Brasileira: análise de política intersetorial de enfrentamento à violência contra as

mulheres”, analisam o Programa Mulher, Viver sem Violência, política pública brasileira de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Diante do desafio da efetividade das políticas, o artigo “Proteção social em metrópoles: quais serviços socioassistenciais?” de autoria de Ana Lucia da Silva Garcia; Heloisa Helena Mesquita Maciel; Kalina Ligia Cabral Honório; Sindely Alchorn e Vladimir Porfírio Bezerra põe em foco a gestão do Sistema Único de Assistência Social em metrópoles, observando suas complexidades, acirramento de desigualdades e pobreza, somada ao conjunto de violências latentes. Nesse sentido, dentre outros aspectos, questionam os autores: contexto das metrópoles favorece ou dificulta as mudanças necessárias na Política de Assistência Social?

No debate em torno das políticas sociais, Dominic Bigate Lourenço e Wilson Marques Vieira Junio discutem como se dão as representatividades dos atores que participam das audiências realizadas no âmbito da ANS, quais os temas debatidos e o grau de influência destes atores nas decisões do órgão regulador, a partir do artigo “Efetividade das audiências públicas como mecanismo de participação social: o caso da Agência Nacional de Saúde Suplementar”.

Diante dos desafios apresentados nos debates acima travados, os contornos do Estado, enquanto estrutura administrativa capaz de reduzir desigualdades e produzir resultados por meio das políticas públicas, foram alvo do estudo apresentado por Rafael Viana e Carolina Pereira Tokarski que, ao questionar sobre “Burocracia representativa: uma re(produção) das desigualdades de gênero e raça?”, evidenciaram, com base na teoria da burocracia representativa, que as desigualdades (de gênero e de raça) se encontram incrustadas no setor público federal.

A seção **Novos Rumos** amplia o debate. Ainda no contexto da relação entre Estado e Sociedade, Andreia Pereira de Macêdo apresenta os “Limites e controvérsias da participação como mecanismo de gestão pública na periferia metropolitana do Rio de Janeiro”, abordando aborda os limites das formas institucionalizadas de interação da sociedade civil com o Estado.

E nesse intenso desafio de fortalecimento do Campo de Públicas, dois artigos nos convidam a refletir sobre novas abordagens, novas concepções teóricas e metodológicas de ensino, pesquisa e extensão. Em seu texto “Um panorama teórico sobre a agenda de estudo do Campo de Públicas no Brasil”, Francymonni Yasmim Marques de Melo e Jaedson Gomes dos Santos destacam as características inter, multi e transdisciplinar do Campo, apresentando levantamento bibliográfico e sistematização de obras consolidadas na produção acadêmica nacional e internacional da área. Desse modo, os referidos autores estabelecem um panorama teórico geral sobre grandes temas basilares para diversos estudos do Campo de Públicas, permitindo ao leitor um contato geral a partir de um único e rico artigo. Por fim, “Muito além da diversão: reflexões sobre a gestão noturna de cidades” nos apresenta como a criatividade e a multidisciplinaridade podem se combinar para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Fernando Burgos

Pimentel dos Santos nos relembra que, à noite, as cidades permanecem vivas e, diante disso, surge o desafio da gestão noturna das cidades. Os gestores públicos, por sua vez, precisam estar tecnicamente preparados para tanto. O artigo analisa a experiência da disciplina “Gestão Noturna das Cidades” ministrada para alunos do curso de Graduação em Administração Pública (FGV-EAESP).

A seção **Escotilha** nos apresenta um ensaio de autoria de Anderson Cristopher dos Santos. O autor discute a qualidade da democracia no Brasil atual e apresenta as condições estruturais para a consecução de uma democracia mais participativa ou de mais intensidade sob o título “Condições estruturais para uma democracia mais participativa: leitura dos dados do latinobarômetro (1995-2017)”.

Diante de tudo o que se apresenta, temos um abundante cenário de desafios, mas, ao mesmo tempo, de ideias e reflexões. Desejamos que a navegação proporcionada pela leitura desta edição produza frutos para o fortalecimento do Campo de Públicas, destacando-se o seu papel para aprimoramento dos quadros da Administração Pública e para a consolidação da Democracia no Brasil.

Editoria especial:

Lindijane de Souza Bento Almeida

Raquel Maria da Costa Silveira

Revista NAU Social

Rosana de Freitas Boullosa, editora-chefe

Ives Tavares, editor executivo